

A PERIFERIAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE: NARRATIVAS SOBRE A FORMAÇÃO DO BAIRRO ESTRELA D'ALVA

Marco Antônio Couto Marinho¹

RESUMO

O artigo apresenta uma narrativa etnográfica da ocupação humana de uma área, como centenas de outras, classificável na RMBH como periferia metropolitana. O objetivo é de lançar luz sobre os processos geográficos, sociais, políticos e históricos que estão por detrás de conceitos como periferia e *periferização* tão importantes para a compreensão do espaço geográfico metropolitano de Belo Horizonte. A história de ocupação do bairro Estrela D'alva, situado no município de Contagem, narrada por moradores mais antigos do bairro, expõe a periferia como local de escassez, de lutas sociais e de tragédias ambientais e humanas. O texto é excerto de tese de doutorado, resultado de mais de dois anos de etnografia e de entrevistas com moradores antigos e lideranças comunitárias. Por fim, a história do lugar expressa os efeitos da metropolização sobre a produção do espaço a partir da reconfiguração das desigualdades sociais no território.

Palavras-chave: Narrativas; Periferia; Metropolização; Estrela D'alva.

ABSTRACT

The article presents an ethnographic account of human occupation of an area, like hundreds of others, classifiable in MRBH as metropolitan periphery. The goal is to shed light on the geographical, social, political and historical processes that are behind concepts such as periphery and periphery so important for understanding the metropolitan geographical area of Belo Horizonte. The neighborhood's occupancy history Estrela D'alva, located in the city of Contagem, narrated by older residents of the neighborhood, exposes the periphery as a place of scarcity, social struggles and environmental and human tragedies. The text is doctoral thesis excerpt, the result of more than two years of ethnography and interviews with

¹ Professor, Geógrafo, Doutor em Ciências Sociais - Pesquisador associado ao Observatório das Metrópoles. Email: < coutomarinho@gmail.com >.

former residents and community leaders. Finally, the history of the place captures the effects of metropolises on the production of space from the reconfiguration of social inequalities in the territory.

Keywords: Narratives; Periphery; Metropolises; Estrela D'alva.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como principal objetivo lançar luz sobre os conceitos de *periferia* e de *periferização*. Tais conceitos amplamente utilizados pela bibliografia dedicada aos estudos a respeito da expansão urbana brasileira contemporânea são percebidos aqui a partir de narrativas produzidas em torno da história de ocupação do bairro Estrela D'alva, situado no município metropolitano de Contagem. Quando se trata de levantar questões relativas à história da formação de bairros, seja em Belo Horizonte ou em outros municípios, de um modo geral encontramos poucos registros disponíveis em fontes classificadas como “oficiais”, nos documentos impressos e chancelados por órgãos da administração pública, ou mesmo publicações a respeito. Foi pouco ou quase nada o que encontrei disponível na prefeitura municipal de Contagem sobre a formação do Estrela D'alva, informações em nada úteis para explicar os processos por meio dos quais desencadeou a ocupação do lugar.

O interesse aqui em levantar as narrativas moveu-se não apenas pela necessidade de superação da esterilidade das fontes “oficiais”, mas em função de perguntas práticas e objetivas fundamentadas no “como” e no “por que” milhares de pessoas iriam optar em morar em um bairro distante dos serviços e sem infraestrutura. As narrativas, em diálogo com a literatura respondem e explicam em parte esse processo na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A ideia de processo é útil, pois, o caso a ocupação do Estrela D'alva não foi um caso isolado na história recente da urbanização brasileira, é similar ao de muitos outros, daí a discussão proposta em torno do termo *periferia*. Deste modo, pode-se pressupor que as narrativas sobre sua ocupação sejam úteis para se considerar aspectos estruturantes do processo de periferização por meio da qual ocorreu em boa medida a metropolização/expansão da área urbana da RMBH.

Antes de apresentar ao leitor as narrativas propriamente ditas, considera-se necessário enumerar algumas características do processo de urbanização e metropolização da RMBH. Uma primeira característica relevante, notadamente reconhecida pela bibliografia, referiu-se ao descompasso entre o volume do adensamento demográfico em relação aos postos de trabalho existentes. Na RMBH, como em outras grandes regiões metropolitanas, o “inchaço” populacional observado nas décadas de 1960/1970/1980 não foi acompanhado de uma expansão da estrutura produtiva e econômica no sentido de integrá-la dignamente à *vida urbana*. Neste mesmo contexto, o nível de rendimento acessado pela grande

maioria da população metropolitana ocupada, em setores formal ou informal, gravitou em torno do valor do salário mínimo, este que desde a década de 1960 até os dias atuais apresentou-se insuficiente frente ao *custo de vida urbano*, principalmente nos espaços já dotados de infraestrutura e serviços (CALDEIRA, 1984; CARDOSO, 1988; DURHAM, 1978; RIBEIRO, 2000). Essa conjuntura pressionou parte dessas populações migrantes a se deslocarem para as zonas pouco urbanizadas e de escassa oferta de serviços, a ocuparem as bordas do núcleo metropolitano, áreas que foram denominadas como “periferias”.

A noção de *periferia* adotada aqui não tem um caráter estritamente geopolítico e sim como um espaço *limiar* ou de *fronteira* social, portanto, como espaço de tensão que ao longo das últimas décadas configurou-se como *lócus* do conflito social no contexto metropolitano brasileiro. Tal perspectiva foi partilhada por meio de diferentes abordagens, destaca-se Vieira da Cunha e Feltran (2013) por meio da etnografia urbana em São Paulo e pelos dados do Sistema Único de Saúde – SUS em Andrade, Souza e Freire (2013) nas RM’s nacionais. A literatura indicou que na história contemporânea da urbanização brasileira as *periferias* apresentaram-se como espaços nos quais a violência expressou-se de forma mais intensa e brutal, atingindo principalmente suas populações juvenis. Ao mesmo tempo, as periferias são espaços diversos e com histórias particulares. Com intuito de lançar luz e contribuir para a literatura que aborda a *periferização* no processo de urbanização e metropolização este artigo apresenta narrativas produzidas por meio de uma abordagem etnográfica.

Considerando que a etnografia representada também um modo de se alcançar uma “descrição densa” (GEERTZ, 1989) a respeito de uma determinada realidade, pode-se dizer que ela permite ao pesquisador social atingir um nível de compreensão mais alinhado à maneira de viver e de interpretar o mundo a partir da qual os moradores do bairro orientam suas ações, ou seja, permite alcançar o *ponto de vista nativo*. Não significa com isso desprezo a outras formas de narrativas como as expressas em documentos “oficiais”, estes que na maior parte das vezes possuem finalidades estritamente burocráticas. A questão é que, mesmo que supostamente existisse uma vasta coleção de documentos sobre Estrela D’Alva, eles seriam insuficientes para se alcançar o *ponto de vista nativo*.

A empreitada etnográfica não constitui tarefa simples, implica dispor-se a coletar informações muito amplas e dispersas nos quadros da vida social e que muitas vezes não estão explícitas nas falas ou nas reflexões dos sujeitos estudados.

Exige do pesquisador social um esforço interpretativo que depende de sua permanência no campo de pesquisa, de dispor-se a realizar um período relativamente longo de observação que só é possível com uma permanência temporal que lhe aproxime ao máximo do universo social que busca produzir conhecimento. Trata-se assim de um ofício complexo, exigindo rigor na captação das experiências sociais e seu registro, bem como na observação das paisagens constituídas, do espaço vivido cotidianamente. Um trabalho de sistematização das práticas de pesquisa de campo como descritas por Roberto Cardoso de Oliveira a partir da tríade “olhar, ouvir e escrever” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1978).

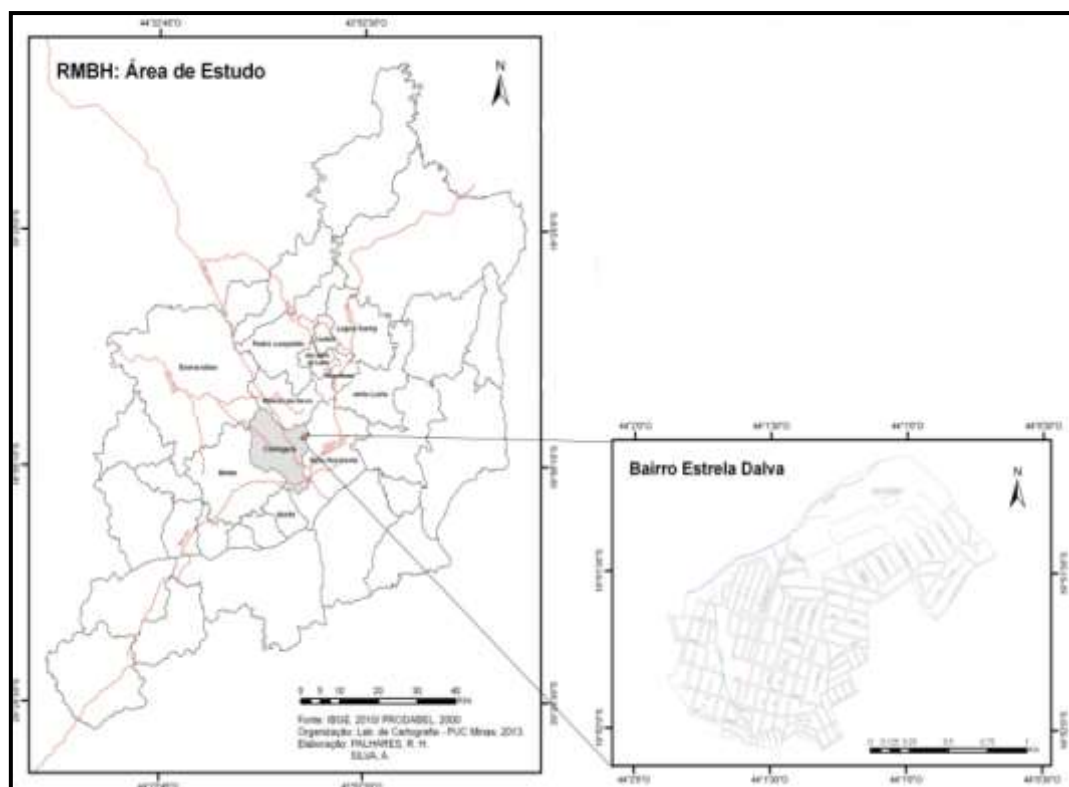
A pesquisa de campo, de referência para a realização do presente trabalho, ocorreu entre julho de 2012 e dezembro de 2015. Onde busquei seguir a tradição dos estudos qualitativos conforme revisão feita por Jaccoud e Mayer (2004) que privilegiam as entrevistas abertas, deixando o entrevistado livre para abordar assuntos que ele julgar pertinente, a partir de um roteiro de questões chaves elaboradas em torno das hipóteses de pesquisa. Ao todo entrevistei 19 pessoas foram entrevistadas. Considerando os limites e objetivos do presente artigo apresenta-se uma síntese das narrativas, tendo como foco a reconstrução da história de ocupação do bairro representada pela fala de moradores mais antigos, lideranças comunitárias e religiosas.

SITUANDO O CAMPO DE PESQUISA

O bairro Estrela D'alva localiza-se ao oeste do município de Contagem² próximo à portaria 2 do Jardim Zoológico e à fronteira do município de Belo Horizonte. Segundo os relatos dos moradores mais antigos entrevistados, a história de ocupação de tal área, limítrofe à Belo Horizonte, teve relação com a infraestrutura urbana já existente na região da Pampulha, por meio da qual podiam acessar o transporte coletivo que levava ao centro da capital mineira.

² Em 2010, Contagem era o segundo município mais populoso no universo da RMBH com 603.442 habitantes, e terceiro em relação ao total de 853 municipalidades do Estado de Minas Gerais (Censo Demográfico de 2010). Hoje, o município de Contagem está entre as regiões consideradas de médiodesenvolvimento humano: na escala de zero a um (do menor para o maior IDH) mais precisamente 0,789 sendo que a educação é o sub-índice mais próximo de 1 (0,901). Representa o 25º maior PIB do Brasil e o 3º maior de Minas Gerais, sendo comércio e serviços o setor econômico melhor desenvolvido (66,13%), seguido da indústria (33,85%) e da Agricultura (0,02%). Apesar do processo de industrialização e atividades econômicas situadas no município sua taxa de desemprego em 2010 era de 9,6% (Fundação João Pinheiro) superior a média nacional que ficou em 6,7% (IBGE, 2015).

Figura 1 - Localização da área de estudo no contexto metropolitano e de Contagem – RMBH – 2013



Fonte: IBGE, 2010; PRODABEL, 2000. Elaboração PALHARES, R. M. SILVA. A cedido ao autor.

Localizado na fronteira do território político administrativo dos municípios de Contagem e Belo Horizonte (Figura 1). O Estrela D'alva situa-se próximo ao bairro Confisco, do Portão 2 do Jardim Zoológico de Belo Horizonte. Ressalta-se que, desde tal tempo até os dias atuais, utilizando-se o transporte “público”, o coletivo existente, ainda é mais fácil deslocar-se do Estrela D'alva até o centro de Belo Horizonte do que em direção ao centro comercial e industrial do município de Contagem. Quando se transita nesta região, a paisagem sofre mudanças significativas em relação aos padrões construtivos e urbanísticos entre a Pampulha e o Estrela D'alva. A paisagem é um dos aspectos que mais evidenciam, por meio das estruturas materiais construídas, o sistema de estratificação social.

Composta por elementos físicos e humanos que expressam disputas sociais, crenças e valores morais partilhados, a paisagem é objeto e agente das dinâmicas em curso na sociedade (SANTOS, 1996). O conceito de paisagem na geografia

humana compreende tanto atributos dos lugares como das pessoas que lhe estão associados, os elementos que caracterizam contextos sociais específicos, demarcam distinções de estilos de vida e expressam as relações de poder na sociedade. O tema foi abordado por Bonameti (2010) que buscou, por meio da compreensão de poder formulada por Michael Foucault e Hobbes, identificar a relação entre paisagem urbana e poder enquanto estruturadores do espaço da cidade. O referido autor enfatiza os significados e contribuições da arquitetura e urbanismo neste processo de produção da paisagem urbana e como representação do poder dos grupos a partir dos espaços construídos. A paisagem é lida como um elemento demarcador das distinções e ao mesmo tempo um mecanismo de legitimação da posição social dos indivíduos na sociedade.

Na paisagem urbana da RMBH, por exemplo, essa dicotomia *centro-periferia* materializou-se, a partir de políticas e dinâmicas mercadológicas, por meio de padrões urbanísticos distintos entre os espaços centrais e os periféricos. Nas áreas centrais a urbanização seguiu padrões “modernos”, internacionais, e teve seu adensamento estruturado por edificações verticalizadas, enquanto, nas *periferias* predominou uma urbanização “popular”, com edificações horizontalizadas, resultante, principalmente, da “autoconstrução” (MENDONÇA, 2002)³.

NARRATIVAS DA PERIFERIZAÇÃO: A FORMAÇÃO DO ESTRELA D’ALVA

A formação do Estrela D’alva teve como referência inicial a ocupação humana em um espaço caracterizado pela ausência de infraestrutura urbana e de serviços básicos, cujos loteamentos decorreram de parcelamentos clandestinos de imóveis como fazendas e chácaras de veraneio (Registros de Campo, 2013). Esse tipo de parcelamento e de venda do solo destinado às *populações de baixa renda* foi interpretado por Souza e Brito (2008) como parte da dinâmica imobiliária que expulsava por meio do elevado preço dos aluguéis as populações de baixa renda do núcleo metropolitano em direção as bordas do território. A pesquisa de campo indicou, segundo o relato dos moradores, que no Estrela D’alva os loteamentos foram feitos de modo informal e alheio a qualquer tipo de planejamento urbano e

³ Segundo esta autora, “a expansão do mercado imobiliário capitalista é significativa durante os anos oitenta e constituiu importante mecanismo de mudança na estrutura socioespacial da região” (MENDONÇA, 2002, p.06).

ambiental, sem regularização fundiária gerando tanto problemas de ordem ambiental como de conflito sobre a posse do imóvel, mesmo que pagassem pelo terreno o documento de recibo de compra adquirido não tinha valor jurídico.

Embora toda a clandestinidade que caracterizou o processo de parcelamento do solo e a ocupação do sítio geográfico onde foi construído o Estrela Dalva, houve caso de morador que adquiriu imóvel por meio de financiamento público, como apresenta o relato de uma pioneira do Bairro a Dona Maria. No trecho a seguir ela conta motivos que a fizeram mudar de Belo Horizonte na década de 1980 em direção ao Estrela D'alva:

Foi porque eu morava de aluguel, casei e fui morar de aluguel, e o lugar que a gente morava era lá no Pindorama, e lá era uma granja que a mulher passou para moradia, meu marido mesmo nem abria a janela lá, e eu fui e falei que um dia eu ia ter algo meu se Deus quiser, eu vou lutar pra isso. Mas se eu dependesse do meu marido ele não lutava não, ele tinha medo de dívida, mas eu não tinha. Então, eu corri atrás, e para eu ter esse lote aqui foi preciso eu dar tapa na cara [ser firme] do sujeito que queria roubar o lote de mim, rasgar os documentos do contador todinho e espedaçar, e derrubar eles tudo lá para eu ter esse lote aqui. Aí, o gerente da Minas Caixa ficou sabendo e não deixou eu perder o lote, ele foi comprado pela Caixa. Tinha gente querendo tomar esse lote aqui de mim, porque eram quatro lotes, eu arrumei quatro lotes e então eu tinha que vender três para poder comprar um, porque eu não tinha dinheiro para comprar todos, e aí eu escolhi esse daqui, e eles queriam tomar este daqui de mim, na imobiliária, no contador, eles estavam de cambalacho comigo, então eu fui e levantei de madrugada e cerquei o cara na esquina e rasguei os documentos todos, eu arrisquei muito a minha vida por causa disso daqui, entendeu? (Entrevista com Dona Maria, 2013).

O relato indica que desde o início da ocupação os moradores se depararam com o problema da falta de titularidade fundiária: “pra eu ter esse lote aqui foi preciso eu dar *tapa na cara*”. Cansada de pagar aluguel em Belo Horizonte, Dona Maria convenceu seu marido a viver em um bairro novo, geograficamente distante do centro, e relativamente isolado por ser pouco assistido pelos sistemas de transporte coletivo metropolitano. Para fixar-se no bairro ela tomou medidas extremas, ela rasgou os “documentos”, bem como buscou financiamento com o extinto Banco Minas Caixa. Dona Maria foi uma moradora, entre muitos outros, pioneiros da ocupação de uma área literalmente de fronteira urbana e social, situada nas margens da legalidade e da ilegalidade, um terreno irregular financiado pelo governo. Sua residência acumula os registros dessa história, em um dos quartos próximos à cozinha era a cisterna contou-me.

A cisterna, ela ficava ali, não tinha bombeamento porque não tinha luz, puxava na corda mesmo, até 1985 eu tive a cisterna desse jeito, depois, eu fiz um padrão de luz lá no Estrela

D'alva e puxei uns 700 metros de fiação, ida e volta dá 1.400 metros, e trouxe luz para aqui, mas a luz chegava fraquinha, era a conta de ligar a geladeira, e se fosse tomar banho tinha que desligar a geladeira. E eu fazia chup-chup e vendia, era só eu que tinha luz aqui. (Entrevista com Dona Maria, 2013).

O modo como o Estrela D'alva foi ocupado, loteamentos clandestinos, durante a expansão metropolitana nas décadas de 1970/1980, gerou também graves consequências ambientais para seus habitantes nas décadas seguintes. O solo do lugar, de constituição geológica predominantemente calcária, parcelado sem um planejamento para a drenagem e esgotamento sanitário por décadas (este corria a céu aberto) deixou exposta sua superfície que não suportou o impacto das chuvas tropicais provocando a erosão do solo. Essa erosão atingiu uma proporção drástica na década de 1990 originando uma enorme voçoroca⁴, uma cratera, que ficou conhecida no local como “buracão”. O “buracão” atingiu principalmente as áreas de vale do relevo, onde o escoamento das águas era mais intenso, onde hoje está situado o CRAS- Casa Amarela.

Segundo o relato do Senhor Antônio, morador também antigo no bairro, com quem tive oportunidade de realizar entrevista, a erosão aconteceu concomitantemente ao adensamento do bairro:

Não, não tinha buracão, ele era um rego de nada, e imediatamente vinha uma chuva e ele formava e, quando agente assustou tinha mais de 90 graus chão à dentro, e tinha uma nascente dentro dali, e essa nascente acho que foi desbarrancando por debaixo, e aí eu acho que de uma vez a água passando por debaixo e com a chuva, deve ser que estava oco lá assim, e caía de uma vez, e foi formando o buracão. [...] Eu comprei aqui era lote, lote puro, com árvores de raízes muito profundas, então, eu mesmo arranquei as raízes e a gente foi construindo aos poucos e hoje minha casa está aí com onze cômodos (Entrevista com Senhor Antônio, 2013).

Durante a etnografia pude conhecer imagens da cratera por meio de uma filmagem feita pela associação de moradores do bairro São Mateus onde tive ideia da dimensão que a erosão assumiu ao longo dos anos de 1990 e início dos anos 2000. Durante esse período, o “buracão” representou um dos principais problemas do lugar, era responsável em proporcionar tragédias humanas representadas por episódios desmoronamento de casas e de morte de pessoas:

⁴ Para definição técnica do termo. Ver: GUERRA, A. *Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico*. 8ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

E dentro do *buracão* não ficou ninguém, e na beirada do buracão ficou, e alguns caíram lá embaixo com a casa e tudo, e teve gente que morreu, teve uma menina de cinco anos que a enxurrada carregou ela e nós fomos achá-la juntamente com o Corpo de Bombeiros lá na Lagoa da Pampulha. A Defesa Civil era quem ajudava, vinha chuva e a gente ligava para a Defesa Civil e a gente passava a noite socorrendo as pessoas. (Entrevista com Dona Maria, 2013).

Em 1997, o “buracão” foi tampado com rejeitos e detritos decorrentes da construção de um shopping em Contagem e, em seu lugar, criou-se uma área pública sem nenhum tipo de ornamentação ou equipamento urbanístico. Após a redemocratização a manutenção do poder político passava a depender dos votos de uma população cujos direitos foram historicamente negligenciados pelo “Estado de Direito”, pela “República”. Enfim, quanto à ocupação e ao processo de urbanização do bairro, pode-se dizer que foi lento e gradual, executado por “etapas” principalmente durante os períodos eleitorais, e esteve relacionado às dinâmicas de troca de votos por “favores”. A urbanização não se consolidou como direito e sim como moeda resultado das trocas políticas em torno do voto, concomitante ao período de redemocratização do sistema político formal. Período no qual o bairro também viu crescer os problemas relacionados à violência e ao cometimento de crimes em espaços públicos.

ONTEM E HOJE: A PERIFERIA CONSOLIDADA

Após trinta anos da história de ocupação do sítio, em 2010, a urbanização da periferia estava consolidada no tocante a estar integrada aos serviços públicos básicos e inserida na malha urbana (TORRES; MARQUES, 2001). Esta era a situação do Estrela D’alva que contava com uma cobertura de rede de esgoto, acesso à rede de distribuição de água e à rede elétrica que abrangia em torno de 96% dos 5.765 dos domicílios contabilizados pelo censo demográfico de 2010.

Se ao longo das duas primeiras décadas de ocupação do bairro a falta de infraestrutura e ausência de serviços urbanos básicos caracterizavam-se problemas coletivos, ao final da primeira década do século XXI esses problemas foram “substituídos” por outros como a violência homicida e a expansão de atividades criminosas locais, do narcotráfico principalmente. Segundo os entrevistados, a violência associada à presença do narcotráfico no bairro é relativamente recente, não sendo anterior aos anos de 2006/2007. Não significa que os moradores não passassem por problemas relacionados à violência, porém, com outra configuração.

Em 2008, Contagem era o 13º município com maior Índice de Homicídios de Adolescentes – IHA⁵ no ranking nacional das municipalidades com mais de 200 mil habitantes, com 4,55 de IHA⁶. Neste contexto os moradores aprendiam a conviver em um ambiente em disputa, por ordens sociais que se apresentavam como antagônicas, a estatal - corrompida pelos interesses particulares como especulação imobiliária e clientelismo político - e a ordem imposta pela criminalidade local. A relação entre essas duas ordens conflitantes gerava mortes e conflitos. E, em 2010 os moradores do Estrela D'alva foram submetidos ao mais longo “toque de recolher” da história do bairro, o fato foi divulgado em mídia televisiva em rede nacional:

Quinze pessoas foram presas acusadas de promoverem toque de recolher em um bairro de Contagem na região metropolitana de Belo Horizonte. Entre os acusados estão duas mulheres. A ordem foi dada após a morte de dois homens suspeitos de envolvimento com o tráfico de drogas. Os policiais civis e militares cumpriram mais 50 mandatos de prisão, busca e apreensão. Só nessa rua cinco pessoas foram presas e até um helicóptero foi usado(Jornal Nacional, Rede Globo, Matéria Veiculada em Março de 2010, S/D).

Neste sacolão a faixa mostra o medo dos moradores “Alguns comerciantes ai de cima, eles foram ameaçados, a gente ouviu o boato de um e de outro e antes de chegar até nós também, preferimos nos resguardar” [fala de comerciante entrevistado pela repórter narradora]. Há uma semana o comércio na região está assim, com as portas fechadas, o motivo é um toque de recolher imposto por criminosos, uma represália contra a ação da polícia militar que na última sexta-feira teria matado dois supostos traficantes em uma troca de tiros (Jornal da Alterosa, Rede Alterosa, Matéria Veiculada em Março de 2010).

Figura 2 – Imagens veiculadas na Mídia sobre o Toque de Recolher – Estrela Dalva – 2010.



Fontes: Imagens cedidas registradas do Toque de Recolher pela Secretaria de Assistência Social do município de Contagem em 2013. Nota: Adaptações feitas pelo autor.

⁵ O IHA, Índice de Homicídios na Adolescência, estima o risco de mortalidade por homicídio de adolescentes que residem em um determinado território (Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SPDCA/SEDH, UNICEF, Observatório de Favelas e Laboratório de Análise da Violência – LAV/UERJ).

⁶ Embora não tenha levantado dados de períodos anteriores e os relatos dos moradores sejam percepções, em relação aos homicídios, brutais e recorrentes envolvendo pessoas jovens predominantemente, a etnografia indicou se tratar de um problema mesmo recente na história do bairro.

Os “toques de recolher” consistiam em uma ordem de esvaziamento dos espaços públicos, a partir da imposição feita aos comerciantes e aos prestadores de serviços públicos, de encerrarem compulsoriamente suas atividades, impedindo dessa forma o acesso da população local aos mesmos. Segundo interlocutores, os “toques de recolher” ocorriam no bairro periodicamente, com duração de algumas horas ou um dia completo. Essas práticas serviam como exibição pública do poder dos narcotraficantes sobre a vida local e tinha um tom punitivo, pois, coincidentemente ocorriam momentos depois de episódios de morte pela polícia ou prisão de pessoas envolvidas no tráfico.

Entre as pessoas com quem estive ouvi diferentes versões a respeito do “toque de recolher” de março de 2010. Na percepção dos jovens:

Toque de recolher é o seguinte cara, não existe toque de recolher para gente do bem, quando morre um cidadão de bem não existe toque de recolher. Sempre quando morre um bandido, um neguinho do tráfico usa os outros guerreiros e vai até os comércios e: “é pra fechar!, é pra fechar o comércio senão nós vamos meter bala, vamos roubar, entendeu? Então é pra fechar a porra do comércio!”. Os comerciantes se resguardam e fecham, entendeu? Até o dia que os caras falam: “tá normal, tá normal”. (Entrevista com Jovem M., 2013).

Isso normalmente é coisa de 24 horas, entendeu. De 12 horas ali, fechou ali, e no outro dia, tranquilo. Só que aí, a polícia veio e mandou abrir tudo de novo, e disseram: “oh, podem ficar tranquilo que a gente vai fazer a ronda aqui, e dar segurança, e tal”. E aí aconteceu que eles voltaram de novo [os traficantes] e mandaram fechar direto, e falaram: “olha, vocês não quiseram fechar então agora vocês vão fechar por tempo indeterminado”. E desde então nós ficamos com tudo, uns dez dias, fechado. E aí fechou tudo, fechou os comércios, fechou a farmácia, posto de saúde, escola, tudo. Ônibus rodava aqui escoltado, alguns ônibus foram incendiados, a escola fechada, foi um trem de loco aqui (Entrevista com Jovem F., 2013).

Foi até mesmo devido à morte de um traficante, morreu, e aí, parou tudo. E revoltaram, eu não sei direito o que aconteceu, o fulano, o que possuía mais moral morreu, e o pessoal foi e mandou fechar o bairro todo, mandou parar tudo eu acho que o toque foi devido a isso. (Entrevista com Jovem K., 2014).

Na percepção de outros moradores:

Esse toque de recolher, eu vou falar para você aqui uma coisa, foi uma das melhores coisas que já aconteceu aqui, na minha visão de líder, porque o governo não vinha aqui, ninguém conversava com ninguém e hoje os líderes sentam na mesma sala com esse Projeto da ONU, a agente conversa, então pra mim foi uma das melhores coisas que aconteceu. E você deve pensar assim, “esse cara é louco”, é porque tem coisa que tem que cair para depois levantar de novo. Aqui não vinha prefeito, não vinha um secretário, não vinha nada, as lideranças cada um queria puxar só para o seu lado, e hoje a gente tem uma visão mais ampliada disso, do que é uma comunidade. (Entrevista com José Estrela, Liderança Comunitária, 2013).

A situação foi a seguinte, dois meninos, quando eu falo menino, obviamente grandões, dois patrões, eles eram patrões mesmo, tinham mais de 21 anos de idade, eles estavam conversando e um foi levar o outro em casa, e mãe viu a moto parando, e a moto parou e ficou com o motor ligado, isso por volta de umas 23:30h/00:00h, e depois de um certo tempo a moto continuava ligada e a mãe: “engraçado, meu filho estava aqui? Ele deixou a chave da moto ligada, tal, tal tal”, e algumas horas depois, o corpo dos dois rapazes foi achado na parte alta do bairro, os dois foram executados, foi um tiro na nuca de cada um, literalmente foi uma execução. E, alguém disse, sempre tem esse que disse, e que provavelmente tenha sido a polícia que teria executado, mas não foi a polícia local, mas uma outra polícia, uma equipe que teria vindo de fora da comunidade para dentro da comunidade exatamente com a função de executar, a ideia era execução. A partir desse pressuposto, e pelos dois serem muito conhecidos na comunidade, e também, em parte queridos também, porque eles tinham muito bom relacionamento aqui dentro da comunidade. E isso eu quero deixar bem claro que, dos meninos que você ver trabalhando aqui, nenhum deles vai aparentar ser um “cara mal”, não, não. Eles conversam, batem papo, são bem articulados. E aí, o que aconteceu? As equipes que eles comandavam, as ramificações, eles ficaram indignados, porque entenderam que houve execução. E é uma coisa engraçada no próprio crime, “ah, eu posso matar um, matar dois, quatro que me devem”, mas quando morre quer justiça (risos). E a galera toda ficou revoltada, e tinha que ter justiça, então, “vamos mostrar agora o poder desse negócio aqui”, e aí, surge outra ideia, “vamos mostrar que temos poder nesse lugar”. E literalmente enviaram os meninos, a maioria de menor, passar em tudo e dizer “pode fechar, porque se não fechar nós iremos destruir ou matamos quem abrir!”. Começou pequeno, e o movimento rapidamente se alastrou porque o temor e o medo tomaram conta. (Entrevista com Pastor T., Igreja Batista, 2013).

Esse toque de recolher foi o seguinte, tinha um menino que morava ali, na Rua Praia Formosa, antiga Rua L, e esse menino, ele aprontou muito aqui, inclusive aprontou muito comigo na época do comércio, e a mãe dele, coitada, separada do pai, e o pai era delegado lá no Rio de Janeiro e acobertava todos os problemas dele por aqui. Nós chamávamos a polícia, ela vinha, e daqui a pouco estava ele, e vinha e falava assim “meu pai tem a costa quente”, e eu fui e falei “olha então não apronta não, porque senão você vai acabar tomando uma de verdade, com força”. Ele expulsou a mãe dele de dentro de casa, e ficou à vontade, e quando foi um dia, lá, eles foram lá entraram e mataram ele dormindo. E depois que matou ele, eles, os da turma dele, foi quem deu o toque de recolher de dez dias. (Entrevista com Ilda B., Associação de Moradores, 2013).

O “toque” configurou-se como um conflito em relação à ordem pública, afetando diretamente a vida de dezenas de milhares de pessoas residentes na região. Durante 15 dias o comércio e serviços ficaram impedidos de funcionar. Segundo a percepção de três lideranças comunitárias com que fiz entrevista, o “toque de recolher” foi percebido de diferentes formas, inclusive em relação à percepção dos jovens. O fato é que as versões não coincidiam. Nem mesmo as vinculadas pela grande mídia.

Se levarmos em conta que o “toque” tenha sido uma represália contra a morte de um ou dois jovens pela polícia, esta ação seria também uma forma de declararem luto e ao mesmo tempo insatisfação com tal situação como fizeram os grupos criminosos locais exigindo dos comerciantes do bairro Estrela D’alva o

fechamento do comércio por quase um dia⁷. Contudo, como muitos comerciantes não aderiram ao mando e passaram a receber ameaças mais sérias através de telefonemas ostensivos. Por outro lado, à polícia não se via garantia de resguardo frente às ameaças feitas pelos grupos de narcotraficantes varejistas, pois, estes permaneciam no território diariamente, vinte e quatro horas ininterruptas. Embora o Estrela D'alva fosse jurisdição do 18º batalhão da polícia militar e coberto por uma delegacia distrital, a polícia não tinham a mesma abrangência e fixidez quando comparada às quadrilhas locais. Os comerciantes locais, frente a ameaças de agressão e de mortes, optaram por seguir as regras de convívio comunitário ou *leis* impostas pelo tráfico de drogas, fazendo prevalecer sobre a população da área sentimentos de medo e de insegurança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de querer esgotar o debate sobre a *periferização* no contexto metropolitano de Belo Horizonte, o presente artigo buscou lançar luz sobre este conceito ao desnaturalizar a ocupação da *periferia*. A partir dos relatos das pessoas protagonistas desta ocupação com diálogo com a literatura pode-se narrar alguns pontos nevrálgicos e os atores envolvidos na *periferização*. Morar em um bairro distante e sem infraestrutura não era sonho de nenhuma das pessoas com quem tive oportunidade de realizar entrevista. Segundo indicou a literatura, a expansão da área urbana das regiões metropolitanas no Brasil orientou-se pelos princípios da extrema desigualdade social brasileira, gerando relações sociais segmentadas territorialmente, formando espaços segregados (MENDONÇA E MARINHO, 2015; CALDEIRA, 1984; KOWARICK, 1979; ZALUAR, 1985). Deste modo, o movimento das pessoas em direção as bordas do território urbano foi consequência, principalmente, de pressões econômicas exercidas pelo mercado imobiliário, o mercado de terras que é altamente concentrado e especulativo.

As narrativas sobre a história de ocupação do Estrela D'alva indicam que a urbanização não se consolidou direito, e sim como promessa, não promoveu a superação da situação de pobreza, pelo contrário, acentuou e reconfigurou a

⁷ Segundo comerciantes locais com os quais conversei informalmente os “traficantes” enviam crianças mensageiras portando celulares, através dos quais os “traficantes” se comunicava com os comerciantes. Desse modo, crianças na faixa de nove a onze anos de idade é que serviam de contato para a interlocução.

desigualdade social. Vale ressaltar que as relações sociais e a própria periferia não podem ser concebidas somente a partir dos aspectos tratados neste artigo. O que se buscou aqui foi mostrar as nuances do processo de acesso ao “espaço urbano” por parte dos moradores que foi, em geral, viabilizado por processos irregulares de parcelamento e ocupação do solo. Fatores que geraram problemas não só de titularidade do imóvel, mas de ordem ambiental como o “buracão”.

A reconfiguração da desigualdade é notada na paisagem que se formou ao longo dos anos 2000, período no qual o bairro já contava com infraestrutura urbana e serviços, porém de pior qualidade se comparada as de outras áreas metropolitanas ocupadas por grupos de melhores rendimentos, mesmo que feitas por um mesmo “poder público”. Não só a paisagem física da periferia a diferenciava das demais áreas “não-periféricas”, e sim sua paisagem social, pois, os problemas e as contingências da vida cotidiana do lugar eram tributários de sua história. Por fim, a etnografia apresentou a periferia como um espaço de crise permanente, e que ao longo do tempo tais crises agravaram-se. Se, na década de 1980 e 1990 os problemas de ausência de infraestrutura e serviços urbanos básicos caracterizavam-se como os principais problemas do lugar, na década de 2000 eram a violência e criminalidade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Luciana Teixeira; SOUZA, Dalva Borges; FREIRE, Flávio Henrique (Orgs.). **Homicídios nas regiões metropolitanas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- CALDEIRA, Tereza P. R. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. *Revista de Antropologia*, São Paulo, SP, v.39, n.1, p.13-37. 1978.
- CARDOSO, Ruth C. L (Org.). **A Aventura Antropológica**. São Paulo, Paz e Terra. 1988.
- BONAMETTI, J. H. A paisagem urbana como produto do poder. **URBE – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 2, 2, 259-273, 2010.
- DURHAM, Eunice R. **A caminho da Cidade**. São Paulo. Perspectiva, 1973.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- IBGE (2014) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: **Censos Demográficos, 2000, 2010**. Disponível em: < www.ibge.gov.br >. Acesso em: 01 out. 2014.
- JACCOUD, Myléne; MAYER, Robert. (2004). **A observação direta e a pesquisa qualitativa**. In: MAY, Tim. Pesquisa Social: questões, métodos e processos. ARTMED, 2004.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo, Paz e Terra, 1979.

MENDONÇA, Jupira Gomes. *Segregação e mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. **Tese** (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. 222p.

MENDONÇA, Jupira G; MARINHO, Marco. As transformações socioespaciais na região metropolitana de Belo Horizonte. In: Mendoça, J; Andrade, L; Diniz, A. (Orgs). **Transformações na Ordem Urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Carta Capital, Rio de Janeiro. p.178-212, 2015.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Cidade desigual ou cidade partido?** Tendências da metrópole do Rio de Janeiro, em O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade. São Paulo, Revan, 2000.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1996.

TORRES, Haroldo; MARQUES, Eduardo Cesar. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos**, São Paulo, n.4, p.49-70, 2001.

VIEIRA DA CUNHA, Neiva; FELTRAN, Gabriel de Santis. (Orgs). **Sobre periferias, Novos conflitos no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina & Fapesp, 2013.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

<http://www.upv.es/contenidos/CAMUNISO/info/UrbanismoEcologicoSRueda.pdf>. Acesso em 20/07/2016.

SANTOS, Elisabete; PINHO, José A. G. de; MORAES, Luís R dos S.; FISCHER, Tânia (Organizadores). **O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes**. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010. 486p. (Coleção Gestão Social).

SCBD, Secretariat of the Convention on Biological Diversity. **Cities and Biodiversity Outlook**. Montreal, 2012 (64 pages).

SEI (2008) disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/>.

SMDS- Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável.

Projeto calçada acessível: guia para projetos de espaços públicos. Rio de Janeiro: Soropédica, 2012. Disponível em <http://solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/04/Nova-Cartilha.pdf>. Acesso em Junho/2015.